

“O REGIME DO TERROR” E O INSULTO À CIVILIZAÇÃO: NOTÍCIAS SOBRE O CANGAÇO NA IMPRENSA CEARENSE (1920-1930)

Francisco Wilton Moreira dos Santos

Mestre Interdisciplinar em História e Letras (MIHL)

Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central - FECLESC/UECE

Bolsista (FUNCAP)

E-mail: wilton.santos@aluno.uece.br

Resumo

Os periódicos aparecem como importantes mecanismos de poder, espaço de articulação e difusão de ideias, crenças e valores, atuando na construção de memórias coletivas. Herdeiros dos ideários de civilização, os jornais vão trazer críticas ao cangaço e à violência ao qual são sempre associados. Neste trabalho, objetivamos compreender as críticas tecidas pela imprensa ao sistema republicano e o uso político do cangaço como obstáculo à civilização. Mapeamos e organizamos as notícias encontradas nos jornais cearenses *O Sitiá* (1926); *A Ordem* (1924); *O Imparcial* (1927); *A Esquerda* (1928); *A Imprensa* (1926,1931); *O Nordeste* (1926) e *O Povo* (1928- 1938). A coleta de dados e a releitura das matérias sobre a temática nos permitiram traçar o perfil dos jornais e assim, analisar os discursos sobre o cangaço em suas páginas. Estas são utilizadas alertando para a inoperância do governo, apresentadas aos leitores sob “diferentes níveis morais”, construindo de maneiras diversas a abordagem da violência orientada principalmente pelos ideais de “civilidade” e “progresso”.

Palavras-chave: Imprensa cearense. Cangaço. Civilização.



“THE REGIME OF TERROR” AND INSULT IN CIVILIZATION: NEWS ABOUT CANGAÇO IN THE CEARENSE PRESS (1920-1930)

Francisco Wilton Moreira dos Santos

Mestre Interdisciplinar em História e Letras (MIHL)

Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central - FECLESC/UECE

Bolsista (FUNCAP)

E-mail: wilton.santos@aluno.uece.br

Abstract

The newspapers appear like an important mechanism of power, space of articulation and diffusion of ideas, beliefs, and values, acting in the construction of collective memories. Heirs to the ideals of civilization, the newspapers will bring criticism to the cangaço and the violence to which they are always associated. In this paper, our aim is to understand the press criticism to the republican system and the political use of cangaço as an obstacle to the civilization. We map and organize the news found in the Ceará newspapers *O Sitiá* (1926); *A Ordem* (1924); *O Imparcial* (1927); *A Esquerda* (1928); *A Imprensa* (1926,1931); *O Nordeste* (1926) and *O Povo* (1928-1938). The collecting of data and rereading of articles about the theme allowed us to trace the profile of the newspapers and, thus, analyze the discourses about the cangaço in their pages. These pages are used to alert government inefficiency, presented to readers under “different moral levels”, building in different ways the approach to violence guided mainly by the ideals of “civility” and “progress”

Keyword: Cearense press. Cangaço. civilization.



É Missão Velha uma villa hoje decantada, aqui e além, como a terra do cangaço, tendo-se a impressão de ser aquillo um meio inabitável, pasto á crueldade de homens feras. Entretanto, o que ali vimos (...) desmentem em absoluto as explorações dos pescadores de aguas turvas. Missão Velha é uma terra que progride, em todos os ramos da actividade humana. Seu prefeito, Izaías Arruda – o malsinado chefe conservador sertanejo – trabalha activamente pelo progresso daquela terra, calçando ruas, alinhando-as, construindo um prédio prefetural e em vias de inciar a construção de um mercado. (...) O vigário da parochia envida todos os esforços no sentido de remodelar a igreja matriz, augmentando-a e construindo enorme torre, que ficará uma das mais bellas do Estado. O commercio local é regular e não “chora” tanto como o de Crato e Joazeiro (O IMPARCIAL, 06/12/1927, p. 04. Grifo nosso).

O trecho acima foi publicado no jornal *O Imparcial*, da cidade de Fortaleza em dezembro de 1927, presente na seção “O interior visto de perto”, parte do periódico dedicada a comentar notícias dos municípios do Ceará. O discurso, de forma explícita, procura de imediato desmentir o que parece ser já senso comum entre os cearenses quando se fala da cidade: o caos que o cangaço proporciona, a desordem e o atraso que ele representa, o entrave à civilização que ele encarna. Buscando mostrar outra visão diante do município, o jornal diz que a cidade progride e passa por remodelamentos e aformoseamento, graças ao trabalho do seu *malsinado* prefeito, Isaías Arruda – acusado constantemente de envolvimento com cangaceiros – e do pároco da cidade.

Para além da defesa da honra da cidade, isto é, tentando dissipar a ideia de que o banditismo imperava naquelas terras, o texto é revelador de um desejo que tomou conta de inúmeras cidades brasileiras: a vontade de mudanças estruturais aos moldes das grandes cidades europeias. Anseio que ficou mais forte com o advento do regime republicano com promessas de “modernização”, que levaria as cidades a um “aformoseamento” que passava por uma “disciplinarização” social e mudanças estruturais que levariam, assim, a um país “civilizado”.

O Rio de Janeiro, capital da recente República, por exemplo, vai passar por mudanças estruturais profundas durante a presidência de Francisco de Paula Rodrigues Alves, na primeira metade do século XX. A remodelação dos grandes centros urbanos veio acompanhada de uma campanha sanitária que buscava combater as doenças que abatiam a população daquela cidade. Na cidade de São Paulo não foi diferente, as mudanças favoreceram o comércio e uma incipiente industrialização. Conforme Isabel Lustosa (2011), as principais cidades brasileiras

assistiram a grandes novidades: o aparecimento dos primeiros automóveis, a luz elétrica, o telefone e o gramofone tornaram-se rotineiros.

Fortaleza também vai passar por seu processo de reajustamento social seguindo esse mesmo modelo: aformoseamento e higienização, vivendo, assim, a “sua miniatura de *Belle Époque*¹, com alguns casarões, clubes, hotéis, lojas, mercados e praças em estilo eclético” (MARQUES, 2015, p. 93). A eletricidade chega em 1914 através da Ceará *Ligth and Power Co*, bondes elétricos começam a circular, aumenta o número de automóveis e a pavimentação das vias públicas são efetivadas. Além disso, “Outra novidade moderna que causou sensação em Fortaleza foi o surgimento do Cine-theatro Majestic, em 1917” (PONTE, 2001, p. 54).

A imprensa também se aprimora durante esse período e, atrelada a essas mudanças, veremos jornais com grande tiragem e diagramação cada vez mais elaborada, o que apontava para uma imprensa que se diversificava em grupos e temas. Segundo Maria Eleutério (2018), “(...) o crescimento urbano propiciava o ímpeto de reportar novos focos de notícia, fosse aquele do bordão republicano ‘O Brasil Civiliza-se’ ou as diferentes práticas culturais de uma sociedade em busca do progresso. Naquelas páginas estampou-se a nossa Belle Époque (ELEUTÉRIO, 2018, p. 83).

Alguns temas, dentro desse contexto, ganham destaque na imprensa. A fome, a alta do preço do pão e da carne, a insegurança e ineficácia das forças públicas na condução do estado e a atuação de cangaceiros, são alguns exemplos. A crítica se estende aos governantes que estão no poder, acusados de negligência e tolerância com o crescente banditismo, simbolizando o fracasso diante das instituições de repressão (polícia), por não conseguirem dar fim aos grupos de “facínoras”, que grassavam pelo sertão atormentando as famílias: um verdadeiro atentado à moral e à honra familiar e ao Estado como um todo, portanto, um entrave à civilização, aliás, caro bordão republicano.

¹ Todavia, essas transformações acabaram por afastar algumas pessoas dos grandes centros e conduzindo-as às periferias. A ideia era afastar todos os elementos que tirassem o embelezamento das cidades, que fugisse do “estilo de arquitetura dominante na Europa desde meados do século XIX e então em voga no Brasil republicano” (PONTE, 2001, p. 39). Desse modo, pobres e retirantes vão sedo aos poucos afastados, cemitérios e hospitais são construídos ou deslocados para oeste.

Em nome da civilização: a imprensa cearense e a crítica ao sistema republicano

Ideais de civilização vão marcar os discursos de muitos jornalistas do período estudado, haja vista que o próprio jornal já nasce como um importante representante e impulsionador desse imaginário. Pensando-os como mecanismos de poder capazes de elaborar e criar memórias coletivas dado a sua visibilidade, se detém grande tiragem e circulação igualmente ampla, os jornais são responsáveis pela propagação de ideias, “(...) crenças e valores que se pretende difundir a partir da palavra escrita” (LUCA, 2008, p. 140). E dentre esses, o imaginado desejo de civilização. Conforme a historiadora Sonia Silva,

(...) se o jornal efetiva o poder da palavra e da construção discursiva dos centros urbanos, apresenta-se também como uma prática social representativa do ideal de sociedade elaborado no século XIX. Era a possibilidade de que os interesses das classes dominantes se disseminassem elaborando modelos de conduta no cotidiano dos habitantes desses espaços (SILVA, 2017, p. 277).

Tão forte sua atuação como força ativa da história, que mesmo em cidades do interior da província, a imprensa aparece como sinônimo de modernidade. Os veículos não funcionavam como meros noticiadores, pois nas páginas dos jornais do período circulavam literatura, acusações, calúnias etc., dependendo da filiação do periódico. Na literatura, ainda no século XIX, essa imagem é bem demarcada em *A Normalista*, de Adolfo Caminha (1867-1897). A *Matraca*, por exemplo, era “um jornaleco imundo que falava da vida alheia” (CAMINHA, 1978, p. 34) e *A Província*, era a folha lida pela elite. Além desse, na trama de Caminha em vários momentos são citadas passagens referentes aos jornais *O Cearense* e *Pedro II*.

Evidencia-se o valor desse veículo no impulso rumo à civilização e o papel dos indivíduos da imprensa, colocados quase como arautos do progresso: “Vocês da imprensa devem civilizar este povo, devem ensinar esta gente a pensar e a ter juízo, do contrário...” (CAMINHA, 1978, p. 125), afirma o quase bacharel Zuza. Ou seja, através dos jornais poderia se vincular discursos moralistas, entre outros, que poderiam colocar nos trilhos da modernidade a sociedade. Ao avançar dos anos essa relação torna-se ainda mais intrínseca.

Outro exemplo que ilustra bem essa ideia é esta passagem extraída do livro *Recordações do Escrivão Isaías Caminha* (2010), de Lima Barreto (1881-1922).

Naquela hora, presenciando tudo aquilo, eu senti que tinha travado conhecimento com um engenhoso aparelho de aparições e eclipses, espécie complicada de tablado de mágica e espelho de prestidigitador, provocando ilusões, fantasmagorias,

ressurgimentos, glorificações e apoteoses com pedacinhos de chumbo, uma máquina Marinoni e a estupidez das multidões.
Era a Imprensa, a Onipotente Imprensa, o quarto poder fora da Constituição!
(BARRETO, 2010, p, 193).

As possibilidades que a imprensa oferecia, podendo causar “aparições” e “eclipses”, “glorificações” e “apoteoses” dentro das sociedades e transformando as relações sociais eram muitas. Tão forte seu poder de atuação junto às estruturas que ela aparece na passagem como “o quarto poder fora da Constituição”. E era bem por aí que caminhavam alguns dos textos presentes nas folhas cearenses, carregados de críticas a vários setores e pessoas ligadas à República. O discurso pode operar como forte influência de “construtor de realidades”, formulando imagens para atender seus interesses e projetos.

Durante os momentos de crises mais profundas, pode-se perceber a atuação dos intelectuais no meio político, na Proclamação da República, na “Revolução de 1930” e no Estado Novo, por exemplo, eles aparecem como defensores do direito de interferir no processo de organização e construção nacional. Com o advento da República, os intelectuais aparecem como verdadeiros mensageiros do “processo de modernização da sociedade brasileira (...) que, munidos do instrumental cientificista, buscam remodelar o Estado, lutando contra a incapacidade técnica e administrativa dos políticos” (SEVECENKO, 1983 apud VELLOSO, 2013, p. 148). Mesmo dentro de algumas limitações, o jornalista goza de prestígio social e tem o poder de falar e ser ouvido em alguns espaços que a outros cidadãos é vetado.

O jornalista é um escritor, seu trabalho também guarda proximidades com a arte literária. Desse modo, a exemplo do literato, ele também tem o seu compromisso com o público. É o público quem lê o editorial, os artigos, que comenta as notícias nas ruas, o último telegrama, que enviam seus comentários publicados nas seções *A pedido*, *seção do povo*. Assim, ao criar seu público, o jornalista atua também na modificação de grupos e na relação entre eles. Ao mesmo tempo, é necessário receber conhecimento de outros membros da sua função social, isto é, outros jornalistas, comportamento que contribui para a solidificação de sua posição social e reconhecimento como tal. Desse modo, seu discurso é medido dentro de um contexto que exige cuidado na elaboração de sua fala.

O jornal é um espaço privilegiado de circulação de ideias. A imprensa, disse Rui Barbosa², “é a vista da Nação” e é por ela que se vê o que se passa perto e o que se passa longe, o que lhe “devassam” e também o que “lhe ocultam e tramam”: a boa imprensa é resultado de um bom governo, de bons exemplos. Todavia, não é o que se via no Brasil da Primeira República, infestada de vícios desde seu nascedouro. Segundo Rui Barbosa

No Brasil, a Monarquia não padeceu, sensivelmente, desse vício. Mas a República, adernando logo ao começo da sua inauguração constitucional, como nau que mete água dentro ao sair do porto, simpatizou com esses modelos, e foi já, desde os seus mais verdes anos, prematurando, com a corrupção da sua primeira idade, a obra do tempo (BARBOSA, 2004, p. 38).

A crítica do jurista é contundente e aponta para o caminho no qual direcionava-se a Nação durante o sistema republicano. A República já nascia entarmelada aos maus exemplos, como a corrupção, as eleições fraudulentas, o poder que ganhavam as oligarquias e a violência nos centros urbanos e nos sertões. No entanto, não significa dizer que a Monarquia estaria livre desses problemas, muito menos que fosse uma novidade advinda com a proclamação. Na verdade, o sonho que brotava com o republicanismo não aconteceu como se esperava e não tardou a continuar a girar a velha e tão malfadada engrenagem de antes.

Isso acontece porque havia uma idealização do que seria a república, incorporando mais os “códigos alheios” do que tentando solucionar e entender os problemas nacionais, de fato. Havia no Brasil uma inversão “no qual o Estado teria pretendido criar a sociedade em vez de ser o resultado dela” (LUCA, 2001, p. 303). Crítica que põe o regime como artificial, sem uma relação orgânica entre as instituições e a Nação. Posto assim, a autora comenta que não eram poucos os que suspiravam pela monarquia com nostalgia (LUCA, 2001).

Essa insatisfação se fez presente em vários jornais pelo Brasil. No Ceará, o *Jornal do Ceará*³ já em 1910, trazia levantada sua bandeira contra alguns dos problemas nacionais, dentre eles o banditismo, afinal,

Ludibriados durante vinte longos anos por uma ficção de republica, entregue a governos inaptos ou mal intencionados, retalhado o seu vasto território em outras

² O texto é fruto de uma conferência editada em 1920, na Bahia, que seria revertida em benefício para o Abrigo dos Filhos do Povo, entidade situada na capital daquele estado e dirigida por Raymundo Frexeiras. Acometido por uma doença, Rui Barbosa não pode proferir a conferência, mas não deixou de visitar mais tarde a entidade e ele próprio oferecer uma contribuição financeira.

³ O *Jornal do Ceará* começou a funcionar em 1904, sob direção de Waldemiro Cavalcanti. Sua redação ficava na Rua Senador Alencar, nº 14. As suas oficinas ficavam situadas à Rua Formosa, nº 41.

tantas satrapias quantas eram as províncias do antigo império, subjulgado por immorales oligarchias que firmam o seu predomínio na opressão e no banditismo (...). (JORNAL DO CEARÁ, 18/02/1910, p. 01. Grifo nosso).

Como se observa, somado as arbitrariedades oligárquicas, o banditismo aparece nas páginas dos jornais como um dos maiores males que acometem a sociedade, apresentando-se como um entrave à civilização. O veículo chama atenção para os perigos que ele representa para o bem-estar dos povos e o desenvolvimento das cidades. Insatisfação essa que permanece por parte de alguns grupos na década de 1920. Muitos dos discursos presentes nos jornais vão colocar os jornalistas como verdadeiros arautos do progresso (VELLOSO, 2013), exercendo através das folhas o seu poder de crítica diante dos problemas da jovem República. Seus discursos são mobilizados visando a (re)construção da Nação.

A crônica *Politica & Medalhões*, publicada no jornal *A Ordem*⁴ nos dá uma imagem do movimento das ideias de grandes nomes de defensores do republicanismo e sua crítica ao sistema. O texto cita a fala do senador amazonense Joaquim Saldanha Marinho como fonte de apreciação à desordem que se instalava no país, onde se pode ler que ““não era esta a Republica que eu sonhava”” profetizando com tais palavras “a ruína das instituições” (A ORDEM, 04/12/1924, p. 01), comparando ainda o regime republicano a uma *casa de Orates*⁵.

Depois seguem as palavras do dr. Martins Junior que ataca a organização política chefiada pelos grandes proprietários locais, alegando que impera nessas terras ““o regime de um conglomerado de olygarchias””. República mundana, desvirtuada, política suja, cuja moralidade “é uma senhora perdida no conceito unanime do povo”. Desta feita, “é preciso republicanisar a Republica” (A ORDEM, 04/12/1924, p. 01), saltam no texto as palavras de Joaquim Murtinho. O quadro posto desagradava, pois aos olhos das nações do outro lado do Atlântico não a via como instituição séria, ao contrário, ela era “uma Republica que nos degrada e avilta aos olhos do mundo civilizado””, nas palavras de Leite Ribeiro. Após citar Campos Sales, Lauro Sodré e Julio Mesquita, a crônica cita ainda Ruy [Barbosa] e a sua afirmação que a população vive ““o

⁴ O jornal *A Ordem* foi fundado em 1916, em Sobral. Sua fundação destinava-se a “(...) servir de órgão oficial ao Partido Republicano Conservador de Sobral. Sua publicação foi colocada a cargo do Dr. Plínio Pompeu (diretor), Craveiro Filho (gerente) e Newton Craveiro (redator) e mais um grupo de colaboradores. Circulou até inícios da década de 1940” (LIMA, 2016, p. 69).

⁵ Uma *Casa de Orates* é frequentemente relacionado a um hospital psiquiátrico, um manicômio, um hospício. O termo aparece na obra *O Alienista* (1882), de Machado de Assis, com discussão que debate a delicada e estreita fronteira entre loucura e racionalidade. Possivelmente foi a partir do texto machadiano que o termo se popularizou. É interessante perceber a alusão que se faz entre a República brasileira e um hospício, na forma de criticar a caótica situação nacional.

regime da mentira oficial” e Aristides Lobo, em frase clássica declarando que ““O povo – pobre besta de carga – assistiu bestializado a proclamação da Republica”” (A ORDEM, 04/12/1924, p. 01), da mesma maneira que no século XX assistia-se à sua ruína.

O periódico, numa jogada que aparenta não deixar tão evidente seu descontentamento, avisa que a crônica é feita “com opiniões e pensamentos alheios, acerca do nosso decantado regime político”. Todavia, recorrer aos “mais eminentes republicanos históricos da propaganda” e o seu julgamento da República, pode significar uma maneira de reforçar seu posicionamento e crítica ao aparelho estatal. Sem deixar escapar, ainda: “quanta vez, é a gente obrigada a apertar a garganta, pra não deixar passar o grito: ‘viva Izabel I!’” E continua, “Ah! Meu amigo e meu leitor, dolorosa verdade” (A ORDEM, 04/12/1924, p. 01) em um rápido elogio à monarquia. Afinal, o jornal, afundou come ela, na mesma onda, o caráter nacional.

Essa crítica se repete em outros jornais, como a edição de março de 1928 d’*A Esquerda*, que denuncia o favorecimento de parentes no poder público, e lança em tom de retórica a questão: “Republica é isto? O pae é senador, o filho é deputado, o genro é vereador, o sobrinho é oficial de gabinete...” (A ESQUERDA, 07/03/1928, p. 01). Nepotismo, crimes e outros vícios corroem o país.

Somado a tudo isso, o cangaço galgava degraus a patamares até então não vistos – ou ignorados. Diante disso, vários jornais vão dedicar mais espaço a este tema tão caro à vida dos sertanejos, fazendo leituras, muitas vezes apaixonadas e análises sociológicas associadas ao meio e à raça para tentar explicar o problema do cangaço, suas origens, motivações e perpetuações. A preocupação se intensifica na década de 1920, quando se assiste ao crescente número de grupos de cangaceiros em todo o Nordeste brasileiro, sempre mencionado como o entrave ao progresso.

Essa constante preocupação que o cangaceirismo galga no cotidiano e aparece materializada nos discursos jornalísticos é fruto de um contexto histórico e suas particularidades. Conforme Frederico Pernambucano de Mello (2011) e Bernardo Pericás (2010), há um aumento dos bandos ao longo do final do século XIX com a ação de 47 grupos independentes, entre eles, os Viriatos, os Meireles, os Quirinos e os Calangros. No início do século seguinte, em oito anos (1919 e 1927), tem-se notícia de uma média de 54 grupos agindo pelos sertões nordestinos (PERICÁS, 2010, MELLO, 2011), destacando-se as figuras de Antônio Silvino, Sinhô Pereira e Lampião. No Ceará, os irmãos Marcelinos se destacam ao lado do potiguar Massilon Leite,

para ficarmos em apenas dois exemplos. Esse aumento vertiginoso dos grupos de cangaceiros era constantemente mencionado na imprensa, chamando a atenção dos governantes para esse que seria um problema “pior que a seca, uma vez não poupa a “honra dos lares aflictos” (O SITIA, 20/12/1925: 01).

O cangaço como um entrave à civilização

Nos jornais da capital, a crítica que se faz ao cangaço busca especialmente atingir fins civilizacionais e moralizantes. Vejamos este trecho do jornal *A Esquerda*⁶, de maio de 1928:

Um dia bateram as portas da vetusta villa os serviços de construção da estrada de ferro. Alegres, os operários cavavam o solo calcinado, empunhando a picareta em vez do bacamarte. A locomotiva resfolegante levaria em breves dias aquellá terra baptismo de luz que necessitava. Um surto de progresso abrolhou na alma do povo. Aurora cresceu, progrediu. Mas esse purido de avançar foi ephemero (...). O cangaço reconquistou os seus domínios e nelles tremulou de novo o pavilhão rubro do crime. A situação actual de Aurora é toda de insegurança. (A ESQUERDA, 19/05/1928, p. 03. Grifo nosso).

O texto começa fazendo uma referência ao prolongamento da Estrada de Ferro de Baturité em direção ao sul do Estado. A empresa Ferroviária, afirma Tyrone Cândido (2002), “na consciência daqueles que a dirigiam, deparava-se com uma missão de largo alcance social, tendo como tarefa transformar antigos costumes em novos modos de vida, modernizando a vida através de novos saberes e tecnologias” (CANDIDO, 2002, p. 95). No Cariri cearense, em setembro de 1920 a Estação de Aurora é inaugurada aparecendo como sinônimo de progresso para a cidade.

É importante perceber que o trabalho da população na sua construção é o elemento fundamental, segundo a matéria, na substituição do bacamarte pelas picaretas, que nos leva a ideia de que a ocupação da população mais pobre nessas obras as afastaria do crime. Em um contexto mais amplo, havia o medo de que se aqueles sujeitos não incorporassem as fileiras dos canteiros das obras (de socorro públicos) acabassem por se juntar às filas crescentes de bandidos nos sertões.

⁶ No dia 25 de janeiro de 1928, o jornal *A Esquerda* começa a circular em Fortaleza. No mesmo ano o jornal é fechado, só voltando a ser impresso na década de 1930. Jáder de Carvalho, editor e proprietário dessa folha, atuou como jornalista, romancista, poeta e também sociólogo, advogado, professor e historiador. *A Esquerda* é fruto de seus ideários comunistas, apesar de considerar-se “um marxista dissidente, pois não aceitava a orientação do Partido Comunista que tinha atitudes bastante ortodoxas” (ANDRADE, 2012, p. 15).



Então, o trabalho era também uma forma de disciplinar os indivíduos evitando que eles vissem no banditismo uma saída.

A locomotiva fez brilhar na alma do povo possibilitando o surto de progresso que ele necessitava. Aurora progrediu, afirma o jornal. A cidade – vila das mais antigas do Ceará –, “distante 86 léguas da capital”, havia conseguido se reerguer após um incêndio que a destruiu quase que por completo. Aurora dava sinais de andar a passos largos rumo ao progresso, diz a notícia, entretanto, um fator transformou em decadência esse momento de apoteose: o avanço do cangaço transformou em quase deserto aquele lugar. A cidade tornava-se inabitável e a população queria deixar aquelas terras, pois até o prefeito, informa o periódico, foi embora. Finaliza dizendo que, mesmo diante disso, muitos jornais se calam e, ainda, que o governo nada fez diante da gravidade situação. O braço da lei parecia não alcançar os grupos de cangaceiros que campeavam pelo sertão.

A grande quantidade de telegramas que a imprensa cearense publica ao longo da década de 1920 vai construindo todo um panorama de insegurança diante das narrativas de violência e medo sobre as ações dos cangaceiros. A edição de 02 de maio de 1926 d’*O Sitiá*⁷ trouxe uma entrevista com Barreira Cravo onde o mesmo comentava os aspectos do “Banditismo no Nordeste” e apresenta o cangaceirismo como

A questão mais séria, o magno problema a resolverem benefício do sertanejo, de quem se exige tudo e não se dá direito, sequer, de adormecer tranquilo, em sua casa. Inopinadamente, sem apelo possível, vê incendiadas as suas propriedades, desonrada a sua família e, ao fim de tantos horrores, ainda perde a vida” (O SITIÁ, 02/05/1926, p. 01).

O trecho acima é revelador de outro aspecto de crítica ao republicanismo que pode ser extraída das leituras dos jornais do Ceará: o fracasso da ação policial. Vale lembrar que em 1926 Lampião já é o grande representante da vida cangaceira. Ele e seu grupo já ocupam boa parte das discussões sobre o cangaço nos jornais do Ceará, sendo os seus atos eleitos o alvo da ênfase noticiosa da imprensa. Sua estadia em Juazeiro do Norte em março daquele ano, embora pacífica, era absurdamente criticada. Como um grupo de cerca de cinquenta cangaceiros andam “com armas curtas a cinta” e cantando “Mulher Rendeira” sem serem presos? O jornal *O*

⁷ Esse jornal circulou em Quixadá entre os anos de 1924 e 1927, publicado nas oficinas da Typografia Quixadaense e teve como diretor e proprietário Eusébio Nery Alves de Sousa. *O Sitiá* declarava-se “apartidário”, “independente” e “noticioso”, sem vínculo partidário, portanto. Entretanto, isso não impedia que o seu diretor, algumas vezes, saísse em defesa do Desembargador Moreira da Rocha, então Presidente do Ceará.

Nordeste – que era ligado a arquidiocese e defendia os interesses da Igreja Católica no Ceará – , por exemplo, informou que, segundo contam, o “(...) delegado do Joazeiro, durante a estadia de Lampeão, passou o exercício ao sub-delegado, em signal de protesto” (O NORDESTE, 08/03/1926, p. 01). O jornal vai se apegar a esse acontecimento para alimentar a crítica ao padre Cícero⁸. Essas críticas, ainda que apontassem para o programa ao qual se filia o jornal representante da Igreja, a favor da família e dos bons costumes, se inserem também nos ideais de civilização e progresso.

Era essa a impressão que Barreira Cravo passava nas páginas do jornal *O Sitiá*, isto é, “(...) neste caso, a acolhida do padre Cícero e a convivência de homens da situação do Ceará com actos tão revoltantes, constituem, a meu ver, a maior de todas as immoralidades, de todas as misérias, de quantas se praticam neste paiz” (O SITIÁ, 02/05/1926, p. 01). Situação só se agravava, conforme publica em 19 de maio de 1926 *A Imprensa*, reforçando “o regime do terror” a que eram impostas várias cidades do Ceará, principalmente, segundo o periódico, as da região sul.

A ineficácia na segurança pública imperava principalmente pelo emaranhamento existente entre os cangaceiros e a força policial, como destaca o jornal *A Esquerda*. Acreditando na debilidade do governo regente, a crítica é tecida informando aos leitores que dentro de poucos dias foram noticiados feitos, mortes, assaltos, tudo atribuído a Lampeão e seu grupo. Tais acontecimentos, diz a matéria, deveriam ser suficientes para

despertar e fazer agir o governo da República, se este não se deixasse absorver na contemplação de si mesmo, da sua estrutura triumphal, de suas roupas, dos seus sucessos sportivos e das suas victorias, no terreno das estabilisações, a começar pela da fome, que já estava quase definida e definitiva (A ESQUERDA, 15/02/1928, p. 01).

A crítica ao presidente do Brasil no período, Washington Luis, é evidente, mas não deixa de encarnar uma crítica ao próprio sistema republicano, envolto de homens que estão apenas preocupados com a sua própria imagem e olham para seu povo de distâncias olimpianas. Do alto de seus pedestais atentam para “problemas” menores e esquecem do que realmente deveria captar sua atenção. A fome é um problema constantemente mencionada nas folhas d’*A Esquerda*, a crítica feita à alta do preço do pão já merece destaque na primeira página de sua

⁸ O *Nordeste* mostrará forte contrariedade à conduta do clérigo, principalmente porque o mesmo foi suspenso de ordem e acusado de liderar uma leva de fanáticos, em nada condizente com as normas de Roma.

edição inaugural e apenas dois dias depois volta a ser mencionada. Alerta, por fim, em 28 de janeiro de 1928 que esse poderá ser um dos motivos que levaria a população cearense à insurgência. O cenário que se pintava era temeroso e apontava para um estado de anomia.

(...) No Ceará, na própria capital do Estado, affronta a sociedade de mãos dadas com a polícia, uma embaixada especial composta de três bandidos do estado-maior de Lampeão, vistos por toda a cidade, coberto do arsenal que costumam trazer, abancado nas mezas dos cafés e botequins, nos cinemas e em outros sitios de diversões (A ESQUERDA, 15/02/1928, p. 01).

O jornal *O Ceará*, segue o mesmo caminho tornando públicas “(...) as acusações levantadas contra elementos da polícia cearense, que eram apontados como conniventes de conhecidos protectores de cangaceiros que, durante o governo passado, mereceram todo o apoio dos dominadores” (O CEARÁ, 17/08/1928, p. 01). Perpetrando-se constantes acordos entre as forças legais e o banditismo, tinha-se aí o caminho que conduzia para a perpetuação do problema: o “fenômeno anticivilizatório”, o “grande mal” que destruía os lares, as famílias e suas posses. Desse modo, o outro polo que a imprensa vai chamar atenção é para a ineficácia na segurança pública do povo cearense. A polícia e suas ações são o alvo escolhido como responsáveis pela desordem e barbárie que imperavam no Estado, o que representava

Uma vergonha para o nosso paiz e um attetasdo de incapacidade de quem o governa para a elemental, mas essencial e imprescindível funcção de o policier, já não diremos policier em toda a extensa accepção do termo, mas ao menos, para collocar-o em condições de relativa segurança interna de modo a assegurar a propriedade e o trabalho (A ESQUERDA, 15/02/1928, p. 01).

Mais uma vez o discurso em defesa da propriedade e o trabalho se sobressaem na leitura. Todavia, há de se questionar que quando se recorre ao protesto diante da ineficácia da segurança pública, na verdade, não é ao desejo de proteção da população geral que se manifesta. Antes, a preocupação é com o grande proprietário de terras. Nessa edição de fevereiro do jornal *A Esquerda* pode-se entender um pouco a apreensão diante do caos e do perigo que o cangaço representava e da falta de segurança que submergia o Estado. Na folha desse dia é possível ler que “(...) Cartas de diversos pontos da região sertaneja e do valle do Cariry contam ao abandono de propriedades agrícolas e do exodo dos respectivos proprietários, por absoluta falta de garantias” (A ESQUERDA, 15/02/1928, p. 01). É interessante perceber a quem realmente interessa que a segurança pública funcione: o apelo se faz frente aos proprietários de terra. São eles que, por *falta de garantias*, tem que deixar suas propriedades. É o mesmo discurso

mobilizado dentro do dispositivo do medo, onde os bandos independentes ameaçam o patrão e suas terras, sua segurança individual.

O banditismo que passa a rondar os sertões na segunda metade da década de 1920 também era caracterizado pela ousadia nas suas ações. Todas as vitórias diante da polícia contribuíam para a criação de uma lenda em torno de Lampião. O mito da invencibilidade, do corpo fechado, da imortalidade circulava à boca miúda e, de certa forma era alimentado pela imprensa. Entrementes, servia também aos cangaceiros, que passaram a se exhibir cada vez mais diante de seus feitos. A matéria d’*O Povo*⁹ de março de 1928 é um exemplo. Nela podemos ler no telegrama emitido de Barbalha no dia 16 de março, às 19 horas que

Lampeão continua nesse Estado. Esteve no município de Maurity, na casa de João Leite, tomando do mesmo diversas roupas e obrigando-o a receber em pagamento 500\$000, dando ainda 20\$000 a cada moradores autorizando-os que avisassem a policia o seu destino. Os bandidos logo adiante escreveram numa lage o seguinte “Estamos famintos e nós, mas cheios de dinheiro e coragem, querendo brigar, sigam em nossa procura”. O grupo vem municiado e passou ante-hontem a meia légua da povoação de Macapá. Seguem em sua pista numerosas forças, sob o commando do capitão Firmino, do Tenente José Antonio e outros officiaes, que vão sendo illudidos pela astúcia dos bandidos (O POVO, 17/03/1928, p. 01)¹⁰.

Reforçada a incapacidade da força policial, a notícia põe os agentes da lei como grupos de fácil manipulação, “illudidos” pelos cangaceiros e sua “astúcia”. Apesar dos acordos firmados entre alguns estados do Nordeste visando o combate ao banditismo (1922, 1926 e 1935) e de terem conseguido algum sucesso na perseguição (principalmente em 1926), eram a audácia e o sucesso dos cangaceiros que sobressaíam nas narrativas dos jornais: era inaceitável e uma afronta ao bem-estar nacional que um grupo de “malfeitores” andassem pelos sertões com tamanha liberdade a ponto de mandar avisar à polícia que eles tinham “coragem, dinheiro e bala”. Não foi gratuito o fato de muitas folhas apostarem na Revolução de 1930 na esperança que, de fato, alguns dos vícios que deturpavam a República fossem sanados.

“Brasil Novo”, velhos problemas

As transformações que vão se desenhando ao longo dos anos trinta do século passado aparecem em vários setores da sociedade brasileira. Sua articulação com a imprensa do país também se

⁹ *O Povo* nasceu como jornal político, com o objetivo de denunciar a calamitosa situação do Ceará naquele tempo. Sua proposta inicial era “(...) de se opor ao então presidente do Ceará, Moreira da Rocha, com o qual Demócrito mantinha desavenças” (CUNHA, 2009, p. 01). Nesse sentido, aproximava-se bastante d’*A Esquerda*.

¹⁰ Disponível em: <<https://www20.opovo.com.br/app/acervo/noticiashistoricas/2017/03/17/>>.

efetivará nesse período. Apesar da repressão e censura, era uma boa compactuar com o governo – vários jornais o fizeram –, pois, assim continuariam mantendo as vendas das suas folhas, podendo ainda tentar galgar alguma posição dentro do jogo de poder, além de não entrar em conflito com o Estado¹¹. Veremos uma aproximação entre governo e homens da imprensa, simbiose que buscava dar uma nova direção à Nação, ao povo. Conforme Marialva Barbosa (2007)

A complexidade das relações políticas, que se inicia com a coalizão de forças que assume o poder em 1930, se reflete na própria configuração do jornalismo do Rio de Janeiro, que funciona nas cercanias do poder. Ainda que haja a clara utilização dos meios de comunicação – inclusive os mais modernos, como o rádio – para atingir um público agora identificado como massa, há também o alinhamento dos dirigentes das principais publicações com o regime. Ainda que haja encampação de alguns periódicos, perseguição de outros tantos, há mais proximidades, acordos e relações conjuntas entre os homens de governo e os homens de imprensa que divergências (BARBOSA, 2007, p. 103).

No Ceará, por exemplo, podemos citar o jornal *O Povo*, que vai se alinhar com o governo Vargas, permanecendo assim até a instauração do Estado Novo, quando a folha se coloca contra o regime. Entrementes, não podemos dizer que essa articulação se estabelece de forma linear. Jornais da capital e do interior do Estado ainda continuaram a direcionar suas críticas para o governo e o cangaço, ainda no início da década de 1930, continua como um problema para a “Pátria Nova”¹². Uma crítica contundente vem de Sobral, publicada em 24 de maio de 1931 no jornal *A Imprensa*.¹³ Mais uma vez, o nome de Lampião é o alvo noticioso, pois continua na ordem dos dias

E como um fogo fátuo o épico trabuqueiro do nordeste desaparece temporariamente para se tornar logo em seguida o homem da época, o assumpto do dia, como está sendo agora. Mais delle tem se occupado por ultimo os jornaes brasileiros, de que do proprio sr. presidente da Republica. Até a própria imprensa estrangeira, como um esgarceo á nossa civilização, já o conhece. É pois, um heróe (A IMPRENSA, 24/05/1931, p. 02).

O apelo civilizatório permanece vivo e encontra mais uma vez no cangaço o seu impedimento. A figura de Lampião encarna esse retrocesso e enrubesce o país, tamanha é a proporção que

¹¹ Há, na verdade, um momento de ambiguidade no jornalismo. Curiosamente, afirma Nelson Werneck Sodré (1966), no período ditatorial varguista a Associação Brasileira de Imprensa passou por um processo de enriquecimento de seu patrimônio

¹² Expressão que foi utilizada por muitos jornais da época para se referir ao regime instaurado pela “Revolução” de 1930. Outra expressão que aparece nas folhas cearense para designar o novo regime é “Brasil Novo”.

¹³ De Sobral, *A Imprensa* era um periódico republicano, mais liberal, dirigido por José Passos Filho. O jornal circulava semanalmente e era ligado ao Partido Democrata. O seu surgimento acontece algum tempo depois da morte de Deolindo Barreto, diretor de outro jornal da cidade, *A Lucta*. Deolindo foi assassinado com vários tiros em maio de 1924, na comarca municipal.

ganham seus feitos que os jornais se preocupam em noticiar mais sobre ele do que sobre o presidente da República. Era uma verdadeira afronta diante do Brasil Novo que nascia, mas permanecia decadente, e o mito em torno do já *lendário* cangaceiro só se avultava, pois até a imprensa internacional noticiava sobre Lampião¹⁴, o que caracterizava, segundo a matéria, um escárnio à civilização.

A revolução de 1930 buscou enfraquecer o poder das oligarquias implementando uma política de desarmamento no sertão, buscando diminuir o poder de fogo dos poderosos da região Nordeste. A promulgação do Regulamento 105 colocava uma regulamentação quanto a fabricação e a posse de armas de fogo no país. Antes disso, não havia nenhuma norma que a regulamentasse. Posto assim, a população foi obrigada a entregar todo e qualquer tipo de arma e munição (LUSTOSA, 2011). Tal política recebeu algumas objeções, certamente, pois apontava para agravar a vulnerabilidade diante dos cangaceiros, haja vista que os sertanejos estariam, a partir de então, sem defesas contra as ações dos bandoleiros.

Os cangaceiros, ao contrário, estavam sempre bem armados e com munições “do ano”, isto é, com armamento superior aos dos policiais. O que leva o jornal a questionar, mais uma vez, o Brasil pós revolução de 1930

Se não fosse lisonja para a Pátria Nova, perguntaríamos: quem actualmente está fornecendo armas e munições a Lampeão? No regime passado havia o pretexto de dizer-se què eram os políticos situacionistas. E agora? Serão os próprios milicionaes que, desorientados e sem ethica disciplinar, deixam-lhe nas estradas por ocaasião das suppostas caçadas que lhe tem forçadas? (A IMPRENSA, 24/05/1931, p. 02).

Mais uma vez, a crítica às forças legais aparece no discurso apontadas como facilitadoras no câmbio de armas. É bem verdade que isso se dava, de fato, pois a polícia volante, mesmo em sua fase “áurea” mostrava a discrepância em relação aos cangaceiros: com sua munição em defasagem, seu salário baixo, seu armamento inferior às armas dos bandidos, muitos soldados acabavam desertando, deixando as fileiras militares e “(...) conduzindo para os bandidos

¹⁴ O Jornal *New York Times* deu as primeiras notícias sobre Lampião ainda em 1930, ou seja: os seus feitos, ainda em vida, transpuseram as fronteiras nacionais. Em 1931, outra notícia é publicada pelo mesmo jornal, chamando o cangaceiro de *Lamppost*, “o mais notório bandido da América do Sul” (CHANDLER, 1980, p. 225). No ano da morte do cangaceiro, o *New York Times* publicou ainda mais quatro notícias, uma delas falando de sua suposta morte por Tuberculose e as outras sobre o ataque na gruta dos Angicos, Sergipe. O Jornal francês *Paris-Soir* também comentará a morte de Lampião, publicando uma imagem do grupo ao lado da matéria. Ficava clara a preocupação por parte dos intelectuais e homens de jornais diante das proporções que o cangaceiro ganhava: sua figura exportada vendia uma imagem de um país entregue aos “grupos de facínoras” e sem condições defensivas e de exterminar essa “praga”.

armamento e munição” (PERICÁS, 2010, p. 96), não sendo raros os casos de soldados aliando-se aos cangaceiros.

Todavia, esse movimento soava insustentável para qualquer país que se buscava fazer moderno e civilizado: não há nada que justifique, “com os foros de civilização que procuramos incutir no animo das velhas e novas potências reine entre nós, por mais tempo, esta praga” (A IMPRENSA, 24/05/1931, p. 02). Era importante não ficar desmoralizado diante das outras nações e na mesma edição, o jornal em tom retórico pergunta

O que não dirá a Argentina das nossas possibilidades guerreiras e das nossas condições defensivas? Que somes um povo cujas forças armadas não tem sequer a habilidade dê com bater uma leva de facínoras ambulantes. E até quando irá o desassocego dos sertanejos nordestinos, desarmados ostensivamente pela revolução e sem a necessaria defeza que lhe competi dar os governos? Deixemos là de couzas que no novo regime ha muito ainda a desejar, administrativamente falindo (A IMPRENSA, 24/05/1931, p. 02).

Notemos a constante mobilização de narrativas enfatizando o banditismo como sinônimo de atraso da região, como uma das armas utilizadas pela imprensa para fazer suas críticas aos governos nas esferas municipais, estaduais e federais. A construção da notícia é feita com o intuito de fazer desmoronar o Brasil que debutava: a revolução não trouxe as novidades que prometera e não conseguia, sequer, acabar com uma leva de facínoras ambulantes, o que poderia pôr o país em descrédito diante de outras nações. Havia muito a se fazer e, para um país que se pretendia novo, o Estado deixava a desejar.

O governo varguista vai conseguir, à duras penas, reforçar campanhas contra o cangaço, todavia, vai levar ainda muito antes disso, essa preocupação quase colocou o combate ao cangaço no texto da Constituição de 1934. Cinco propostas foram redigidas pedindo para que fosse destinada como obrigação do Governo Federal essa batalha. Assim, “O que parte dos constituintes desejava era que o Exército reforçasse a ação das volantes”¹⁵. Era também a forma encontrada para pedir mais recursos para os estados. O deputado Teixeira Leite, de Pernambuco, por exemplo, informa que os estados necessitavam de verba, armas e policiais para combater¹⁶. Segue essa mesma lógica o deputado da Bahia, Negreiros Falcão, informando

¹⁵ Mais informações em Arquivos, site do Senado Federal, disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/combate-a-lampiao-quase-entrou-na-constituicao-de-34>.

¹⁶ Se, de um lado, os discursos de combate à seca foram mobilizados como estratégia política para angariar recursos, sendo eles aglutinados e reelaborados a ponto de contribuir para a formação desse espaço imagético-discursivo, conforme escreveu Albuquerque Junior (2011), o cangaço, aparece no mesmo patamar, isto é, como

que “Os estados por si sós, desajudados do valioso auxílio federal, jamais resolverão o problema”¹⁷.

Nunca é demais lembrar o trecho da CARTA AO LEOTA escrito pelo cronista João Jacques e publicada no jornal *O Povo*, em 28 de dezembro de 1936. A crônica comenta os rumores de que o próprio Lampião “já se encontra retratado em mais de oitocentos metros de película, acompanhando de seu elenco indesejável e feroz” (*O POVO*, 29/12/1936, p. 01). Um aventureiro conseguiu passar dias e dias em companhia dos cangaceiros, filmando e fotografando o grupo, e o governo, por esses tempos tão mudados, não conseguia pará-los, questionava a matéria.

Mais uma vez põe-se em descrédito a capacidade efetiva do novo governo de se extirpar a “praga” que assola os sertões. Buscando-se a elevação moral, apela-se para o sentimento de vergonha, representada pela liberdade dos grupos de cangaceiros: “Haverá, por ventura, maior vergonha para nós do que assistirmos, país a fóra, uma película, em série, do famoso assaltante de lares, de bolsas e de vidas, que é Virgolino?” (*O POVO*, 29/12/1936, p. 01). A ação desses indivíduos já era uma afronta à civilização que se pensava e se queria no período; a existência de uma fita sobre “o famoso cangaceiro” era o atestado da incapacidade de governar para o bem-estar do povo¹⁸.

Considerações finais

Até aqui percebemos como a imprensa vai mobilizar as notícias sobre o cangaço para fazer sua crítica ao sistema republicano. Os ideais de ordem e progresso estavam ameaçados pelo elemento do cangaceirismo, que se mostrava cada vez mais forte e, portanto, um entrave à civilização, segundo as folhas. Além disso, as denúncias serviam para pôr em xeque a atuação

forte arma política usada para a captação de capital. Aliás, a própria ideia de Nordeste nasce imbricada ao cangaço, uma vez que a imagem do cangaceiro vai ser evocada quando se quer delimitar essa região.

¹⁷ Mais informações em *Arquivos*, site do Senado Federal, disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/combate-a-lampiao-quase-entrou-na-constituicao-de-34>.

¹⁸ O governo vai se mobilizar e, por meio do Departamento de Propaganda do Brasil, não vai permitir a exibição da fita, determinando que “a sensacional película” fosse apreendida.

dos chefes de estados e sua condução da máquina pública, acusando-os de conivência com o banditismo e, por isso, responsáveis pela falência do Estado.

A falência ficou ainda mais evidente no início dos anos 1930, quando se acreditava que a “Revolução” iria pôr fim às velhas estruturas, marcadas pela força desmedida das oligarquias. Posto assim, essa crítica estende-se a todo o sistema republicano cujos sonhos teimavam em não se realizar. Além disso, havia o medo de que a ação dos bandoleiros seduzisse e levasse as classes menos favorecidas a engrossarem as fileiras do cangaço. Medo da revolta, medo de perder o controle do julgo e do mando.

Somente em 1937, com a instauração da ditadura do Estado Novo, tem-se mudanças mais significativas no combate ao cangaço. Sob a pretensão de unificação do país e para barrar as desordens em território nacional, Vargas começa a perseguir ferozmente todos os que são considerados “extremistas” – comunistas e integralistas. Os cangaceiros, obviamente, não faziam parte de nenhum dos grupos, mas eram considerados “extremistas” por conta de todas as desordens e atrocidades que cometiam, manchando, assim, a imagem do Brasil como um país civilizado. O tom das notícias vai mudar em 1938, depois da morte de Lampião, Maria Bonita e alguns integrantes de seu grupo na gruta dos Angicos, Sergipe, em julho do referido ano, estampando as folhas com matérias sobre o combate que pôs fim à “Fera do Sertão”.

Fontes (Jornais Consultados)

A Esquerda (1928)

A Imprensa (1926-1931)

A Ordem (1924)

O Ceará (1928)

O Imparcial (1927)

O Nordeste (1926)

O Povo (1928,1936).

O Sitiá (1926)

Referências

- ANDRADE, A. M. T. **Deslocamento e denúncia no romance Sua Majestade**, o Juiz, de Jáder de Carvalho. 2012. 191f. – Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Letras, Fortaleza (CE), 2012.
- ASSIS, M. de. O Alienista. In: GLEDSON, J. (Org). **50 Contos de Machado de Assis**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- BARBOSA, M. **História cultural da imprensa** – Brasil – 1900- 2000. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- BARBOSA, R. **A imprensa e o dever da verdade**. São Paulo: Papagaio, 2004.
- BARRETO, L. **Recordações do Escrivão Isaías Caminha**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2010.
- CAMINHA, A. **A Normalista**. 6º ed. São Paulo: Ática, 1978.
- CÂNDIDO, T. A. P. Os trilhos do progresso: episódios das lutas operárias na construção da estrada de ferro de Baturité (1872-1926). **Trajeto Revista de História UFC**, Fortaleza, v. 1, n. 2, p. 83-101, 2002.
- CHANDLER, B. J. **Lampião, o rei dos cangaceiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- CUNHA, R. do E. S. da. **Andrés Guevara e a evolução gráfica do jornal O Povo**. In: VII Congresso Nacional de História da Mídia, UNIFOR, Fortaleza, 2009.
- ELEUTÉRIO, M. de L. Imprensa a serviço do progresso. In: LUCA, T. R de; MARTINS, A. L. **História da imprensa no Brasil**. 2. ed., 3ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2018.
- LIMA, J. L. F. ESPECTROS DE LUTADORES: história, memória e imprensa em Sobral/CE no início do século XX. **Outros Tempos**, Maranhão: v. 13, n. 21, 2016a p. 65-83. jan. 2016.
- LUCA, T. R de. Fontes Impressas: História dos, nos e por meio de periódicos. In: PINKSY, Carla Bassanesi. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.



LUCA, T. R. de. **A revista do Brasil**: um diagnóstico para a (N)ação. São Paulo: Unesp, 2001.

LUSTOSA, I. **De olho em Lampião**: violência e esperteza. São Paulo: Claro Enigma, 2011.

MARQUES, R. de A. **A nação vai à província**: do romantismo ao modernismo no Ceará. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de Literatura, Programa de Pós-Graduação em Letras, Fortaleza, 2015.

MELLO, F. P. de. **Guerreiros do sol**: violência e banditismo no Nordeste do Brasil. São Paulo: A Girafa, 2011.

PERICÁS, L. B. **Os Cangaceiros**: ensaio de interpretação histórica. São Paulo: Boitempo, 2010.

PONTE, S. R. **Fortaleza Belle Époque**: Reforma Urbana e Controle Social 1860-1930. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2010.

SEVCENKO, N. **Literatura como Missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 2ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILVA, S. M. de M. Narrativas do Cotidiano: a construção do crime na imprensa cearense no século XIX. In.: FREITAS, Antônio de Pádua Santiago de. ARAÚJO, Erick Assis de (Org.). **História das cidades do Nordeste** (Séc. XIX e XX). EdUECE: Fortaleza, CE. 2017.

SODRÉ, N. W. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.

VELLOSO, M. P. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. In.: FERREIRA, J. DELGADO, L. de A. N. (Org.) **O Brasil Republicano**: o tempo do nacional-estatismo – vol. 2. 6ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

Recebido em 07- 01- 2020

Revisado em 05- 02- 2020

Aprovado em 09- 07 -2020

Publicado em 15-07- 2020

